CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

GIRO



Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

2019 já bate recorde de mudanças na Constituição

A Assembleia Legislativa já aprovou, neste ano, quatro modificações na Constituição Estadual, maior número dos últimos dez anos. Ao todo, foram feitas 20 mudanças desde 2009, sendo que apenas em 2013 e em 2016 não houve emendas constitucionais. Curioso notar que, das quatro mudanças deste ano, três passaram com emendas "jabutis", quando há acréscimo de trechos que nada tem a ver com a proposta original. Foi o caso da emenda 59, cujo projeto apresentado por Talles Barreto (PSDB) e Major Araújo (PSL) tratava de emendas parlamentares, mas foi aprovada com trecho que flexibilizou vinculações de ciência e tecnologia; e da 61, proposta por Vinícius Cirqueira (PROS), e que tratava de imposto de cartão de crédito, mas foi aprovada contendo também a redução da vinculação constitucional da Educação. Já a 62, quando apresentada, previa o cumprimento das vinculações constitucionais via duodécimo. O texto publicado, porém, garante o pagamento de emendas impositivas apenas aos deputados em exercício de mandato. Emendas do líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB).

Mantido

O ministro do STF Gilmar Mendes deu nova decisão no processo em que Goiás pede suspensão de dívidas com a União, por questionamento goiano pelo fato de o governo federal ter inscrito o Estado no Cadastro Único de Convênios (Cauc), espécie de "Serasa" dos entes federados, o que pode resultar em bloqueio de repasses. Mandou tirar.

A tempo

Em sua decisão, Gilmar Mendes determina que a União devolva ao Estado recursos que porventura tenham sido bloqueados. A secretária de Economia, Cristiane Schmidt, diz porém que o Estado recorreu a tempo e que não houve bloqueios.

O POPULAR (25/11)

VAPT VUPT

Ampliado agendamento on line

Mais 10 cidades do Estado passam a contar com a facilidade, que deve ser acessada pelo portal do serviço. Veja como

A partir de hoje, mais 10 cidades goianas passam a contar com o agendamento online do Vapt Vupt. O serviço será ofertado para interessados em requerer a Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Seguro Desemprego. A nova modalidade será realizada nos municípios de Rio Verde, Itumbiara, Goianésia, Águas Lindas, Inhumas, Valparaíso, Luziânia, Iporá, Caldas Novas e também Jataí.

Nas novas unidades que disponibilizarão os serviços, o procedimento para agendar as emissões segue o mesmo protocolo. O interessado deve acessar o portal do serviço do Vapt Vupt e selecionar a opção "Agendamento para atendimento presencial nas Unidades Vapt Vupt". Ao efetuar o agendamento, o usuário deve confirmar o serviço escolhido, os horários disponíveis e os documentos necessários. O atendimento passa a ser obrigatoriamente realizado por meio de agendamento prévio a partir de 2 de dezembro.

O usuário que não puder comparecer à agência na data prevista deverá cancelar o agendamento em até 24h antes do horário previsto para o atendimento. O não cancelamento impossibilitará um novo agendamento pelos próximos 15 dias.

CONFIRA HORÁRIO PARA AGENDAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE, CARTEIRA DE TRABALHO E SEGURO DESEMPREGO

Rio Verde
Subsolo I, Jardim Goiás, Av. Pres. Vargas, 1740 – Shopping
Funcionamento: das 7h às 19h (segunda a sexta-feira) e das 7h às 12h (sábados e pontos facultativos)

Itumbiara
Rua Paulo Abari, 477 – Jardim América, Itumbiara
Funcionamento: das 7h às 19h (segunda a sexta-feira) e das 7h às 12h (sábados e pontos facultativos)

Águas Lindas
Av. Jk, Quadra 30 Lote 26/01, Galeria, Av. Jk – Jardim Brasília
Funcionamento: das 7h às 19h (segunda a sexta-feira) e das 7h às 12h (sábados e pontos facultativos)

Goianésia
Av. Pará, 426 – São Cristovao
Funcionamento: das 8h às 18h (segunda a sexta-feira)

CARTEIRA DE IDENTIDADE E SEGURO DESEMPREGO

Inhumas
Rua Goiás, Quadra 44 Lote 12, 139 – St. Central
Funcionamento: das 8h às 17h (segunda a sexta-feira)

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Valparaíso
BR-040, 140ª Valparaíso Shopping, Lojas 13/17 – Parque Esplanada III
Funcionamento: das 8h às 20h (segunda a sexta-feira) e das 8h às 13h (sábados e pontos facultativos)

Luziânia
Av. Alfredo Nasser, Qd 35, Lt 07 – Parque Estrela Dalva I
Funcionamento: das 8h às 17h (segunda a sexta-feira)

Iporá
Avenida Pará esquina com Rua Joaquim Lucas esquina nº 362, Qd. 59, Lt. 817, Setor Central
Funcionamento: das 8h às 17h (segunda a sexta-feira)

Caldas Novas
Av. A, esquina com a rua 07, Estância Itajá
Funcionamento: das 8h às 17h (segunda a sexta-feira)

Jataí
Av. Presidente Tancredo Neves, 100 – Setor Epaminondas I
Funcionamento: 8h às 17h (segunda a sexta-feira)

DIÁRIO DA MANHÃ (25/11)



Fio Direto

HELTON LENINE

Afinado com Caiado, Lissauer atua pela aprovação da nova Previdência

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB) assumiu compromisso com o governador Ronaldo Caiado (DEM) de contribuir para que a Casa aprove, ainda este ano, o projeto de reforma da Previdência Estadual. Lissauer tem conversado com o líder do Governo, Bruno Peixoto e com as lideranças partidárias, além de realizar audiências públicas, para que o projeto tenha tramitação célere no Legislativo, dado a necessidade de se provar os ajustes nas contas do Estado. Nessa matéria, o Executivo conta com apoio até de deputados da oposição, como Lucas Calil (PSD), entre outros. O projeto da reforma da Previdência terá tramitação inicial na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.



O HOJE(25/11)

GOIÁS

Prazo para previdência neste ano é apertado

Raphael Bezerra



A primeira etapa de discussão deve fazer com que a PEC seja aprovada apenas no próximo ano

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras para aposentadorias dos servidores públicos estaduais chega na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) no próximo dia 10.

A primeira etapa de discussão da matéria deve fazer com que a PEC seja aprovada apenas no próximo ano, isto porque a oposição ao Governo Estadual pretende utilizar todos os recursos regimentais para protelar a votação da matéria no Plenário da Casa.

O presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB), sinaliza o interesse em convocar sessões extraordinárias e autoconvocação para que a matéria seja aprovada antes do recesso.

O prazo apertado para discussão e a promessa de obstrução e utilização de todos os recursos regimentais para atrasar a votação por parte dos parlamentares de oposição deve jogar a matéria para o ano que vem.

A base deve pedir a convocação de Sessões Extraordinárias para buscar a aprovação. A Alego entra em recesso parlamentar no próximo dia 15. Autoconvocações podem ser realizadas para esgotar os prazos na CCJ, onde pedidos de vista e emendas podem dificultar a tramitação.

O deputado estadual Cláudio Meirelles (PTC) vem sendo a pedra no sapato do governador Ronaldo Caiado (Democratas).

Mesmo tendo apoiado o governador durante a campanha, o deputado e primeiro secretário da Mesa Diretora da Alego pulou para a oposição. É dele a promessa de obstrução da PEC da Previdência. "Vou usar todas as regras e manobras regimentais. Toda reforma pode ser feita dentro do diálogo. Agora aumentar para 22% a alíquota previdenciária, como quer o Governo, é inadmissível. O servidor público não pode aceitar uma coisa dessa", protestou.

Relatoria

O deputado Álvaro Guimarães (DEM) foi indicado pelo líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), para ser o relator do projeto na CCJ. Álvaro defendeu a matéria que faz diversas modificações nas aposentadorias e pensões dos servidores públicos. "Eu acho que aqui nós vamos ter condições, sim, de uma boa discussão e com certeza os deputados sabem da necessidade que nós teremos de resolver essa questão, como foi resolvido no Congresso Nacional", afirma.

A PEC da reforma da Previdência, em tramitação no Legislativo goiano, prevê o aumento da alíquota previdenciária em até 8%, podendo chegar até 22,5%, além de extinguir o quinquênio, entre outras medidas que buscam readequar o sistema previdenciário à nova realidade.

Prazo apertado para discussão e a promessa de obstrução devm atrasar a votação do projeto

O Governo alega que entre 2010 e 2018, o déficit financeiro da Previdência do Executivo, demais poderes, como Ministério Público, e órgãos independentes, cresceu, em média, quase 10,5% ao ano, em termos reais.

No ano de 2010, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R$ 1,2 bilhão para cobrir o rombo previdenciário. Nessa tendência, o Tesouro Estadual terá aportado um montante próximo de R$ 3 bilhões no ano de 2019 e R$ 5,9 bilhões do orçamento público em 2029. Isso representaria crescimento real de, aproximadamente, 96,6% entre 2019 e 2029.

Prazos de tramitação

A matéria chegou às mãos do presidente da Alego no final de outubro, mas precisou esperar a promulgação da matéria no Congresso Nacional e só foi lida pela Mesa Diretora no último dia 13. Contado o prazo de leitura da matéria em Plenário, o primeiro secretário tem prazo regimental de 48 para ser publicada.

Para chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), onde a constitucionalidade da matéria é debatida, são necessárias 10 Sessões Ordinárias. Desde a sua publicação, foram realizadas três sessões e a matéria só deve estar pronta para análise na Comissão no dia 10.

Com a chegada na CCJ, o relatório deve ser apresentado em até três sessões da Comissão. Essa deve a etapa mais tranquila da tramitação já que o relator é o deputado da base, Álvaro Guimarães (Democratas).

Apresentado o relatório, os deputados de oposição podem utilizar a discussão da matéria para atrasar a apreciação do relatório,além de pedir vistas do projeto por até uma sessão da Comissão e o encaminhamento de votos.

Ao devolver a matéria, os deputados podem incluir votos em separado para propor a rejeição ou apensamento da proposta. Aprovada na Comissão a proposta é enviada ao Plenário para duas votações com a possibilidade de emendar a matéria. **(Especial para O Hoje)**

A REDAÇÃO (22/11)

PROCESSO SELETIVO

Governo de Goiás abre inscrições para seleção de 467 estagiários

Bolsa é de R$ 1 mil | 22.11.19 - 11:44

Tweetar Share 8



A Redação

Goiânia - O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), abriu nesta sexta-feira (22/11) as inscrições para o processo seletivo que conta com 467 vagas de estágio. A oportunidade é voltada a alunos regularmente matriculados e com comprovada frequência em cursos vinculados ao ensino de educação superior e reconhecido pelos órgãos regulamentadores.

Um dos requisitos para concorrer às vagas é ser estudante de ensino superior de uma das instituições de ensino conveniadas, descritas no edital. Os selecionados receberão bolsa de estágio composta por auxílio financeiro no valor de R$ 1 mil, vale-transporte no valor de R$ 100 e seguro contra acidentes pessoais, contratado em benefício do estagiário.

A seleção dos estudantes será realizada em duas etapas, conforme datas definidas no cronograma do edital, sendo elas: prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório e oficina de integração eorientação para ingresso no Programa de Estágio, de caráter eliminatório, em caso de ausência. Todas as etapas serão realizadas pela Sead.

As inscrições vão até 16 de dezembro. Para obter mais informações ou esclarecer as dúvidas, os candidatos deverão ler o Edital 006/2019 na íntegra no site da Escola de Governo, clicando aqui.